

## **O pensamento liberal utilitarista de John Stuart Mill e o florescimento do feminismo**

***Débora de Paula Cortezzi Costa*** \*

### **Resumo**

A primeira geração do feminismo nasceu dos antagonismos das ideias liberais expandidas pós Revolução Francesa como a liberdade individual, a construção do Estado e da sociedade burguesa. John Stuart Mill em um de seus argumentos "A sujeição das mulheres" afirma que nenhuma sociedade poderá ser realmente livre, se parte dela as mulheres estiverem excluídas de pensarem e trabalharem em prol do progresso. O seu pensamento liberal e a sua ética utilitarista serviram de suporte para refletir a lógica da exclusão feminina e a busca do equilíbrio da igualdade democrática. O artigo, inicialmente, apresenta o contexto no qual surgiram os primeiros movimentos feministas. A partir da contextualização, a abordagem segue para a contribuição de Mill, através do ensaio "A sujeição das mulheres", para o debate acerca do papel da mulher na sociedade. E por fim, a defesa de Mill sobre a importância da educação para igualdade de gênero.

**Palavras-chave:** Utilitarismo. Feminismo. John Stuart Mill. Gênero. Sociedade.

---

\* Sacerdote da Diocese de Luz MG; bacharel em Teologia pelo Centro Universitário Claretiano em 2017; Especialização em "Pastoral numa Igreja em saída" pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia em 2019. Atualmente pároco da Paróquia São Roque em São Roque de Minas MG e cursa disciplinas isoladas na Faje em vista do mestrado em Teologia.

## Abstract

The first generation of feminism was born out of the antagonisms of liberal ideas expanded after the French Revolution, such as individual freedom, the construction of the State and bourgeois society. John Stuart Mill in one of his arguments "The subjection of women" states that no society can really be free, if part of it women are excluded from thinking and working for progress. His liberal thinking and utilitarian ethics served as a support to reflect the logic of female exclusion and the search for the balance of democratic equality. The article initially presents the context in which the first feminist movements emerged. From the context, the approach goes to Mill's contribution, through the essay "The Subjection of Women", to the debate about the role of women in society. And finally, the Mill's defense of the importance of education for gender equality.

**Keywords:** Utilitarianism. Feminism. John Stuart Mill. Genre. Society.

## Introdução

A primeira geração do feminismo nasceu dos antagonismos do mundo moderno influenciados pelos ideais da Revolução Francesa de estabelecer igualdade de direitos a todos. O iluminismo defendia o espírito de emancipação da liberdade moral e intelectual e as teorias políticas desenvolvidas pós-iluminismo favoreceu o desenvolvimento e a construção das democracias modernas liberais. O liberalismo<sup>1</sup> como doutrina política fortaleceu as bases da sociedade burguesa que eleva a importância do indivíduo, da razão e do livre mercado, sem a interferência do Estado e ao indivíduo é dado o direito a votar e ser votado para cargos públicos. As sociedades burguesas constituídas a partir desse modelo econômico e político adquiriram caráter cada vez mais complexo, onde os papéis sociais, muitas vezes, travavam conflitos com as necessidades humanas consideradas básicas, como a liberdade e a dignidade. (PASSOS, 2010, p.1-3).

Iniciada no final do século XIX, a primeira geração do feminismo protagonizou a luta das mulheres por igualdade política e jurídica entre os

---

1 A definição de liberalismo como fenômeno histórico oferece dificuldades específicas. Em primeiro lugar, a história do liberalismo acha-se intimamente ligada à história da democracia e se manifesta na Idade Moderna e tem seu baricentro na Europa (ou na área atlântica). De acordo com a acepção do Iluminismo francês (assumida integralmente pelo pensamento reacionário ou católico do início do século XIX) e do utilitarismo inglês, Liberalismo significa individualismo; por individualismo entende-se, não apenas a defesa radical do indivíduo, único real protagonista da vida ética e econômica contra o Estado e a sociedade, mas também a aversão à existência de toda e qualquer sociedade intermediária entre o indivíduo e o Estado; em consequência, no mercado político, bem como no mercado econômico, o homem deve agir sozinho. (BOBBIO, 1995, p.686-687).

sexos, no interior de um novo espaço social que se caracterizava pela urbanização, democratização e industrialização. O estado burguês preconizava a liberdade do indivíduo, mas não considerava a mulher como merecedora desse direito considerado inalienável. Embora a Europa ansiasse por novas formas de viver pautadas nos ideais liberais, devido aos meios de produção capitalista, havia entre as correntes filosóficas e políticas divergentes opiniões e visões de mundo distintas. A contradição existente nos vários pensamentos acirrou as discussões e contribuiu para a reivindicação por direitos iguais de cidadania, como o voto feminino.

Assim, a primeira geração do feminismo encontrou neste efervescente cenário o meio para a luta por liberdade política, onde a mulher caminharia em direção a sua autonomia na distribuição de papéis sociais e no desempenho das mais diversas atividades. As razões masculinas para a sujeição feminina eram a inferioridade do cérebro feminino e a sua condição natural à maternidade, critérios determinados pelos homens que não convenciam mais as mulheres do seu valor e importância.

É portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? Trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana. (BEAUVOIR, 19070, p. 57).

Não cabia mais vincular a mulher às suas características biológicas ou ao que os "homens" estereotiparam como "ser mulher", ela encontrava-se pronta para definir, no uso de sua razão, os papéis sociais dos quais queria representar.

John Stuart Mill diz que "as leis e as estruturas sociais devem colocar tanto quanto possível a felicidade ou o interesse de qualquer indivíduo em harmonia com o todo". (MILL, 2006, p.30). Devemos observar que a referência do filósofo inglês é ao "indivíduo" e não exclusivamente ao "indivíduo do sexo masculino". E, se em algum momento da História, as mulheres se sentiram subjugadas e não reconhecidas em seus potenciais, anseios e desejos mais profundos, significa que a ordem e a estrutura dessa sociedade estão muito equivocadas, significa que a felicidade e a justiça são meras representações simbólicas e que o equilíbrio e o desenvolvimento dessa sociedade está em jogo.

## 1. O Utilitarismo

Das teorias que advogam a favor do liberalismo apresentamos o utilitarismo de John Stuart Mill e sua significativa contribuição no caminho rumo à liberdade da mulher e ao primeiro movimento feminista que, gradualmente, ganharia novas roupagens, ampliando cada vez mais o horizonte da igualdade de gênero. Segundo a tese utilitarista a humanidade deve perseguir a felicidade, não só do indivíduo, mas de todos, chamado pelos seus teóricos de Princípio da Maior Felicidade. Por felicidade entende-se o prazer e a ausência de dor. Aqui, podemos observar uma considerável influência da filosofia epicurista, que também entende por felicidade o prazer e a ausência de dor. De acordo com o princípio da utilidade para se alcançar a felicidade é fundamental a igualdade na consideração dos interesses e a mesma deve ser promovida de modo imparcial, as boas ações devem existir não para o bem do mundo, mas para o bem das pessoas, das quais se constitui o bem do mundo. Partindo daqui podemos concluir que a ética utilitarista tem como objeto da virtude a multiplicação da felicidade. (MILL, 2005, p.30). John Stuart Mill foi um dos principais representantes do utilitarismo e erigiu uma das teses mais importantes na defesa do direito de escolha da mulher e a relevância desta para a construção de uma sociedade ética, para o equilíbrio social e a manutenção da democracia.

É preciso levar em consideração que a teoria da moralidade de Mill, embora não ignore a universalização da razão, compreende que o modo como vivemos e desenvolvemos socialmente são pontos de partida para a deliberação sobre o bem e o mal, sobre o que deve ou não fazer parte da conduta humana. Portanto, tem como ideia o homem como ser histórico, sujeito a mudanças e concreto, um ser que tem na sua história natural os pressupostos para a sua razão prática se desenvolver. (HEYDT, 2014, p.206-207). Assim, a luta da primeira geração do feminismo ganhará, na filosofia de Mill, aspectos da experiência humana e de sua natureza que refutam a sujeição feminina produzida a partir da condição biológica, sem levar em consideração todo o movimento histórico que a moldou.

Partindo dos ideais utilitaristas e liberais Mill escreve o ensaio "A sujeição das Mulheres", onde discute a dominação masculina e o argumento da condição específica do sexo oposto à sua sujeição. Ele aponta para uma realidade construída socialmente pelos homens com divisões de tarefas injustas e sem embasamento teórico adequado para sua existência. Afinal, o que nos torna seres com faculdades elevadas é algo que diz respeito a toda espécie humana, de qualquer sexo, credo ou cor. Para ele, o indivíduo possui qualidades superiores e com elas a capacidade de transformação com o passar do tempo, conforme observação e apreensão da realidade vivida.

Somos seres naturais e a natureza humana diz muito sobre a direção e o sentido da ordem social. O filósofo inglês discerne a natureza humana pela composição das leis da mente, a psicologia é a ciência social que

explica a complexidade do indivíduo, complexidade essa que necessita de uma variedade de elementos que irão corroborar com a elaboração de regras morais e preceitos incisivos no alcance da felicidade. Uma característica da natureza humana é a consideração dos sentimentos alheios como parte de seus próprios sentimentos, isso nos proporciona uma noção de aprimoramento pessoal e coletivo. Para tanto, as instituições que regem a vida social devem promover, cultivar e definir as normas e oportunidades para uma educação que permita meios dignos ou próprios para o indivíduo desenvolver plenamente suas potencialidades, adquirir bons hábitos, importantes na lapidação das qualidades elevadas que derivam os prazeres superiores. (HEYDT, 2014 p. 206-207).

Foi como pensador e como homem de seu tempo, teoricamente bem preparado, que em 1867 John Stuart Mill perante o parlamento inglês declara a primeira defesa oficial em prol do voto feminino, ele discursava que a subordinação de um sexo ao outro ia na contramão do progresso da humanidade e se dizia convencido de que os valores vigentes deviam ser substituídos por uma igualdade perfeita. Segundo Mill, apesar das diferenças entre homens e mulheres, não existe diferenças suficientes para impedir o direito legal de voto, o desenvolvimento de atividades intelectuais, o exercício das profissões livres e a ocupação de cargos públicos. E diz que até o seu tempo, nas poucas oportunidades que as mulheres exerceram atividades públicas, como no caso do governo de estados por rainhas, elas foram capazes de fazê-los de forma eficiente.

Por que então intelectuais e homens íntegros aceitavam a sujeição feminina se no próprio desenrolar da história humana as mulheres se mostraram aptas a contribuir com o desenvolvimento e progresso das sociedades em que viveram? Como aceitavam argumentos que não justificavam a exclusão de parte dos indivíduos das decisões políticas? Mill observava que o potencial humano para retirar da vida o que ela tem de melhor pertencia a uma pequena parcela da sociedade, da qual não fazia parte as mulheres, apesar de elas estarem intelectual e moralmente em igualdade com os homens. Ora, vivemos em grupo e muitos são os desafios para alcançarmos uma vida plena e no mínimo digna enquanto estamos vivos. Não precisa de muito esforço para compreender que a participação nas decisões da vida em sociedade é também requisito importante para a conquista da felicidade. O discurso de Mill diante do parlamento inglês discorre à sociedade em toda sua extensão, baseado nos interesses coletivos, que proporcionam aos cidadãos bons sentimentos, capazes de dar aos seres humanos uma vida livre e cheia de boas sensações. Em consequência, o progresso e o aumento dos recursos materiais e humanos gradativamente alcançariam patamares superiores de moralidade, intelectualidade e desenvolvimento tecnológico. O voto feminino, na proposta utilitarista liberal é mais do que justo, é necessário. A liberdade feminina está em perfeita harmonia com os ideais burgueses e Mill sentia-se no dever de alertar à sociedade, das latentes contradições existentes entre o *logos* e a realidade.

Segundo as palavras de Mill, o único fim para o qual os seres humanos estão autorizados a interferir, individual ou coletivamente, na liberdade de ação de qualquer indivíduo é a sua própria proteção. Continuando afirma, a felicidade de cada pessoa é um bem para essa pessoa e, logo, a felicidade geral um bem para todo agregado de todas as pessoas. O único fim ou finalidade de toda ação humana deve ser o prazer ou a felicidade. A virtude, portanto, é desejável na medida em que gera um aumento da felicidade, é buscada quando possui um efeito público, é uma parte que contribui para o aumento do prazer e a diminuição da dor, ela gera um efeito positivo nos outros e nos que estão a sua volta. A utilidade passa a ser para os utilitaristas um fundamento da moralidade. (MILL, 2005 p. 78).

Está claro que o utilitarismo não é uma posição individual e sim uma doutrina que visa como fundamento moral, o maior total da felicidade em caráter global, o que se busca é atingir a maior parte das pessoas. Prazer e dor dizem respeito à condição humana e por isso a felicidade geral é reconhecida como padrão ético que constituirá a força moral utilitarista. Privar o maior número de pessoas da dor é o objetivo primeiro e fundamental da doutrina. Daí, podemos concluir que a liberdade e os direitos individuais, indistintamente, devem estar presentes nas sociedades modernas democráticas, onde o utilitarismo surge como respostas às questões afloradas. A busca da imparcialidade, a defesa do indivíduo e a promoção da felicidade geral consistem na estrutura basilar utilitarista e é visto por Mill como parte indispensável à sociedade moderna e democraticamente livre.

Em que instante a tese utilitarista se encontra com o sufrágio universal? No instante em que propõe uma sociedade de iguais.

## **2. A sujeição das mulheres e a luta por igualdade**

Onde entra o pensamento de Mill às questões reivindicadas pelas primeiras feministas? “Sobre si, seu próprio corpo e sua própria mente, o indivíduo é soberano”, ele argumenta no *Ensaio Sobre a Liberdade* (MILL, 2017, p. 53). A mulher não é deixada de lado em sua filosofia, muito pelo contrário, direitos iguais entre os sexos são vistos na sua ética como componentes valiosos para o “princípio da maior felicidade”, máxima utilitarista.

As respostas até então apresentadas às questões femininas pelo sistema patriarcal se mostraram infundadas para o pensador inglês que introduz a pauta feminina aos ideais liberais. Pensar a perspectiva da mulher aos olhos do pensamento teórico liberal se faz presente e pertinente na visão utilitarista do início do século XIX.

No ensaio *A Sujeição das mulheres*, Mill argumenta que a subordinação legal de um sexo ao outro é um dos principais obstáculos ao progresso humano e que não há como evitar as queixas da opressão

feminina. A sujeição de um sexo ao outro, além de ser errado em si mesmo, é um impedimento ao desenvolvimento das sociedades democráticas. Para ele a legislação tem que se apresentar a favor da liberdade e da imparcialidade e que quaisquer restrições só devem existir pensadas no provento do bem comum. Uma vez que a lei não segue este critério, ela se torna injustificável e principalmente parcial e benéfica a um determinado grupo social, no caso os homens. A desigualdade só pode fazer-se presente se estiver ligada a motivos que conduzam a estrutura social à justiça ou a um caráter positivo no âmbito político. Além do mais, segundo Mill, não se havia tentado, até então, qualquer outro sistema que não seja o da subordinação das mulheres aos homens, portanto sem a experiência que comprove a necessidade da estrutura patriarcal, não se pode considerá-la verdadeira ou a única opção. As desigualdades imposta pelo sistema, em sua maioria, não são fruto de deliberação, de racionalidade que comprove sua significação e as leis e os costumes partem sempre do reconhecimento das relações que já estão estabelecidas, sem julgamentos ou avaliações apropriadas. O que se verifica é o uso da força de um grupo sobre o outro, como no caso das várias formas de escravidão que se somam à história humana. A submissão e a situação de obediência de uma parcela humana se tornam legalizadas por meios políticos e público. E em uma sociedade que tem como primazia o desenvolvimento e o progresso não pode colocar o direito ao lado da força (MILL, 2006 p.1), ou seja, a força gera opressão, insatisfação e dor, tira do ser humano um dos bens mais preciosos que tem, a liberdade.

Uma reflexão importante que o filósofo desenvolve no ensaio é a ideia de que as mulheres, ao contrário dos escravos, não foram sujeitas ao seu papel social e modo de vida, e sim elas estariam a aceitar e considerar válido a maneira como se figuram na sociedade. (cf. Mill, 2006, p.10). Um dos argumentos que ele utiliza para desconstruir essa ideia é de que um número significativo de mulheres mesmo com todos os impedimentos sociais, principalmente o de não terem acesso à educação assim como os homens, não aceita a sujeição como condição da sua humanidade. Essas forças femininas, através de seus escritos e reivindicações, se fizeram ser ouvidas, e mesmo aquelas que não tiveram oportunidade ou se sentiram acuadas para expor seus sentimentos e pensamentos, podem sem conhecimento da maioria estar carregando consigo a indignação e a insatisfação com o *status quo*.

Ainda segundo o ensaio, todas as causas sociais e naturais, são associadas com o forte intuito de causar impedimento nas mulheres de se organizarem coletivamente, de discutirem questões relativas aos problemas que enfrentam na sua sociabilidade. As mulheres se encontram numa situação diferente de todas as outras classes submetidas à sujeição, isso porque os homens desejam não só os seus serviços. "Os homens não querem apenas a obediência das mulheres, mas seus sentimentos. Todos os homens, exceto os mais insensíveis, desejam ter, na mulher mais ligada a ele, não uma escrava à força e sim uma voluntária, não simplesmente

uma escrava, mas uma favorita". (MILL, 2006, p.11). Portanto, os homens usaram todos os recursos com o fim de escravizar suas mentes. Os senhores de todos os outros escravos basearam-se no temor para manter a obediência, seja a eles próprios ou o religioso. Os senhores das mulheres queriam mais que simples obediência e, dirigiram toda a força da educação para levar a cabo seu propósito. Todas as mulheres são educadas, desde os primeiros anos, na crença de que seu ideal de caráter é oposto ao dos homens; nenhuma vontade própria e nenhum domínio sobre si, mas submissão e sujeição ao controle de outros. (Ibid.).

Mill analisa o fato de todas as éticas estarem de acordo com a sujeição da mulher, o dever que lhe é atribuído está sempre vinculado a sua subordinação ao sexo oposto e sempre em situação de desigualdade. Na esfera das emoções é lhe dada o direito de abnegar de si mesma, suas afeições devem ser destinadas somente ao homem ao qual ela pertence e aos seus filhos, de forma que qualquer bem que lhe seja atribuído, nada mais é do que uma dádiva dada por seu homem. Tal qual a mulher foi ensinada, não fica difícil compreender a necessidade constante de se sentir atraente aos olhos masculinos. A amabilidade, submissão e renúncia passam a ser componentes fundamentais para sua aceitação pelo sexo oposto e condição de sua total dependência a ele. Expostas a essas condições, o respeito elemento fundamental da vida em sociedade só pode ser conquistado através dos homens. (MILL, 2006, p.12)

Importante salientar a busca de Mill por elementos míticos a respeito da mulher que são considerados, propositalmente, como sua condição natural. Ao por em xeque e refutar os discursos de opressão, ele soma objetos de reflexão a causa feminina e aos poucos e empiricamente, fortalece o argumento do direito da mulher a igualdade jurídica e política. A fim de vencer o senso comum a condição de sujeição das mulheres, o raciocínio do filósofo perpassa pelos princípios da justiça e da igualdade. Mill compreendia que a questão da mulher não deve ser pré-julgada pela opinião, mas posta em discussão e avaliação, visando o melhor para a sociedade. Toda e qualquer avaliação dessa natureza deve ser feita sem distinção alguma e guiada por afirmações coerentes à experiência humana.

A natureza tanto do homem quanto das mulheres não é conhecida na sua integralidade, afirma o ensaio, isso porque nunca existiu uma civilização só de homens, ou uma civilização só de mulheres. Temos aqui, segundo nosso autor, uma dificuldade das bases científicas e filosóficas. No entanto, o que é referido como natureza feminina não passa de suposições rasas e, conseqüentemente, anti-naturais e opressoras.

No caso das mulheres, sempre foi feito um tipo de cultivo de estufa de algumas de suas capacidades, para benefício e o prazer de seus senhores. Então por esta razão certos produtos da força vital geral brotam vigorosamente e alcançam um grande desenvolvimento nessa atmosfera aquecida e sob essa nutrição e irrigação ativas, enquanto que outros brotos da mesma raiz, que são deixados do lado de fora,



ao vento de inverno, com gelo empilhado propositalmente ao seu redor, tem um crescimento tolhido e alguns são queimados com fogo e desaparecem, o que caracteriza a mente não analítica, negligentemente acreditam que a árvore cresce espontaneamente na forma que a deixaram crescer, e que morreria se metade dela não fosse mantida em banho de vapor e a outra metade na neve. (MILL,2006 ,p.16)

Quais são as diferenças entre os dois sexos? É impossível em razão do que se conhece até então obter uma resposta e há uma grande falta de estudos mais aprofundados, principalmente no campo da psicologia, que aponte a diferença moral e racional entre os dois sexos. Mill conclui que até o presente momento em que fazia sua defesa em favor da igualdade de gênero, ninguém estava autorizado a emitir qualquer opinião a respeito que não sejam meras conjecturas. Assim, competem às mulheres segundo suas experiências e faculdades definirem as posições sociais e as atividades, intelectuais ou do trabalho, que queiram pertencer ou exercer. “Não há meios de se descobrir o que uma ou muitas pessoas podem fazer, a não ser através de tentativas – e nem há meios pelos quais qualquer pessoa possa descobrir, por si própria, o que deve fazer, ou deixar de fazer, para sua felicidade.” (MILL, 2006 , p. 20).

### **3. O apelo à razão e a educação como meio de conquista da igualdade**

Uma sociedade progressista como aspirava à doutrina liberal não pode reconhecer privilégios de um lado e inferioridade de outro, esse modelo de sociedade deve ser fundamentado pela racionalidade e deve assentar sua convicção, mesmo em meio a opiniões tão contidas de sentimentos, na soberania do indivíduo. Quando Stuart Mill tomou a decisão de defender a pauta feminina, sabia que não seria fácil vencer uma opinião universal e propor diante de olhares de reprovação que as leis não particularizassem pessoas, não fizessem restrição, proibição ou limitação que esbarrasse no propósito de liberdade. Ele tinha consciência que qualquer argumento ou refutação por mais racional e convincente que fosse, seria pouco reconhecida como relevante e motivo de qualquer mudança no organismo social. O apelo à razão de nada funcionaria diante de sentimentos tão sólidos e determinados a manterem intactos os alicerces desse modelo de escravidão. Se ele como pensador ousou perante o parlamento inglês questionar a legitimidade desse sistema foi por acreditar que algum dia haveria de existir uma sociedade que levasse em conta os valores provenientes da racionalidade a serviço da experiência humana. Mill não falhou no seu intento, seus argumentos tão bem influenciados por sua esposa Harriet Taylor, que teve o seu próprio reconhecimento e imensa gratidão demonstrados em várias de suas obras, contribuiu para a reflexão e iluminação das mentes mais amplas que pouco a pouco foram abrindo

espaço nesse universo puramente masculino e possibilitando que as discussões acerca dos direitos da mulher chegassem a vários setores da sociedade.

Em todas as épocas existiram mulheres que protestaram contra os maus-tratos sofridos por seus maridos e haveria de ser muito mais se não fossem os incentivos a repetição e ao acirramento dos maus-tratos, tornando difícil e frustrante todas as tentativas de manter a proteção das mulheres contra os abusos. E muitas mulheres, mesmo nos casos mais extremos de maus tratos físicos, quase nunca ousam se valerem das leis feitas a sua proteção e quase sempre elas se consideram merecedoras de tais castigos. No ensaio *A sujeição das mulheres* Mill reconhece que a educação foi um fator quase que decisivo para que as mulheres aceitassem por tanto tempo o papel de vítima de um sistema liderado por homens. A mulher poderia a muito ter se levantado, se rebelado e a muito poderíamos ter ouvido seu grito de liberdade, se não fosse à educação voltada à abnegação e a renúncia de muitos de seus desejos. Se a educação não a ensinasse que seus sonhos podiam ser contrários às normas de seu sexo, se a educação não a ensinasse a viver para satisfazer os anseios masculinos, se a educação não a convencesse de que sua segurança e sua felicidade dependem de um senhor, se a educação não a ensinasse que sem a aprovação desse senhor não haveria lugar que pudesse ocupar e que seu único objetivo é servi-lo e aos seus filhos, se a educação não a ensinasse que o seu maior prêmio na vida é o cuidado com o lar que o seu senhor permitiu que tivesse. Se a educação não tivesse criado todo tipo de obstáculo para que as mulheres não enxergassem outra possibilidade de vida que não fosse esta que lhe foi conferida, a história da humanidade poderia ser contada de outra forma.

Mas se a educação foi desde sempre a sustentação dessa opressão que se inicia nos modelos mais primitivos de sociedade, somente por meio dela a emancipação feminina poderá se dá. Mill, em muitos dos seus argumentos afirma a necessidade das mulheres terem a mesma educação que os homens, que possam ter acesso aos mesmos meios de se desenvolverem intelectual e afetivamente, sem medo e coação. Porém, ele reconhecia que muito já se havia avançado e que no decorrer do período progressista da história humana, a condição das mulheres tem se aproximado da igualdade com os homens.

Concordo que é provável que poucas mulheres, capazes de qualquer outra coisa, fossem, menos que sob um *entraînement* irresistível, que as tornasse temporariamente insensíveis a qualquer outra coisa, escolher tal destino, quando outros meios estivessem abertos a elas para ocupar um lugar convencionalmente honrado na vida; e se os homens decidirem que a lei do casamento será uma lei de despotismo, estão absolutamente corretos, por uma simples questão de política, deixando para as mulheres apenas a opção de Hobson. Mas neste caso, tudo o que foi feito no mundo moderno para afrouxar os grilhões que aprisionavam a mente das mulheres

foi um erro. Nunca se deveria ter permitido que recebessem uma educação literária. As mulheres que leem, e muito mais as que escrevem, são na atual disposição de coisas, uma contradição e um fator perturbador; e foi um erro ensinar às mulheres quaisquer outras habilidades que não as de Odisseia, ou de empregada doméstica. (MILL, 2006 , p. 202).

## **Conclusão**

O ser humano é dotado de faculdades mais elevadas do que os demais apetites animais, isso a maioria de nós reconhecemos como verdade, e à medida que nos tornamos conscientes delas, não vemos como felicidade nada que não inclua sua gratificação. (cf. MILL, 2006, p. 52) “Há um sentido de dignidade que de uma forma ou de outra todos os seres possuem em proporção às suas faculdades superiores”. (MILL, 2005, p. 52).

Desde que a humanidade colocou à razão a serviço da vida, a busca por meios de dignidade e justiça estiveram lado a lado das mentes mais brilhantes e dos corações mais nobres, homens e mulheres que fizeram e fazem do pensamento um ofício em busca do bem-viver. O alcance de tais aspirações sempre foi o grande desafio daqueles que se debruçaram e se debruçam no universo da vida humana. Muitos são os caminhos percorridos, as teorias, as conclusões e as perguntas, ora evidenciando a razão, ora a sensação, o questionamento da nossa origem e da origem de tudo que nos cerca, da essência das coisas e de como assimilamos essas mesmas coisas, procurando entender como operam nossa mente e nosso corpo, traçando critérios sobre nossa vida em grupo, procurando o sentido, o fim e o melhor meio de atravessar à existência. Muitos são os diálogos, nas inúmeras ciências, nas artes, na filosofia. E muitos são os desafios para que vençamos o egoísmo, a escassez, a miséria e a dor.

Mill, já no seu tempo via como a deplorável educação e as precárias estruturas sociais são o único e verdadeiro obstáculo que impede a felicidade e os prazeres superiores, como a beleza de pensar, esteja ao alcance de quase todos. Segundo ele, a boa educação, é o meio que nos permitirá construir uma sociedade justa. “Ora não há nenhuma razão na natureza das coisas para que todos que nasçam num país civilizado não recebam uma cultura intelectual...” (MILL, 2005, p. 55). Ora, também não existe nenhuma razão para tolher as mulheres de receberem uma educação adequada e estarem em igualdade com os homens. Na filosofia miliana, o termômetro que mede os prazeres está nas experiências e oportunidades em sintonia com os hábitos de consciência e autorreflexão que propiciam a realização de comparação entre os padrões definidores dos preceitos morais mais próximos dos ideais. Qualquer ser humano decentemente educado pode ter em graus distintos, afetos particulares genuínos e o interesse pelo bem coletivo, pode ter também capacidade de contribuir pelo crescimento e melhoria do mundo e ter uma existência louvável. Isso só não ocorrerá,

caso as leis não sejam elaboradas para todos ou à sujeição à vontade de outrem prive a liberdade e a felicidade de parte dos membros da sociedade, submetendo-os a sofrimentos físicos e mentais. A solução? Para Mill está na luta contra esse modelo social. (cf. MILL, 2005, p. 55).

O pensamento de John Stuart Mill, a ética utilitarista, afastados da mera especulação e pautados na grande riqueza da experiência humana exerce um protagonismo na primeira onda do feminismo e serve de suporte para o desenvolvimento dos meios necessários à luta por igualdade de gênero e o rompimento paulatino com a opressão do patriarcado. Mill e Harriet são representantes que merecem o nosso reconhecimento nesta longa caminhada feminina, que se estende até os dias de hoje, rumo a uma ética genuína que permita ao ser humano adentrar num universo de sentimentos superiores, de elegância intelectual e aprimoramento constante de suas práticas.

## Referências

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Trad. Sérgio Millet. São Paulo: Ed. Difusão Europeia do livro, 1970.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política* v.2. Brasília: UnB, 1995.

MILL, John Stuart. A sujeição das mulheres. *Revista Gênero*. Niterói (2006), p.180-202.

MILL, John Stuart. *Ensaio sobre a liberdade*. A sujeição das mulheres. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MILL, John Stuart. *Utilitarismo*. Trad. Pedro Galvão. Porto: Editora Porto, 2005.

PASSOS, Carla. *A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com o pensamento liberal*. Fazendo Gênero- 9, 2010. Microsoft Word - 1277554486\_ARQUIVO\_fazendogenero9antagonismosdapoliticaliberal.doc (dype.com.br). Acesso 05 dez. 2020).